

Carta aberta do Greenpeace ao Ministro de Ciência e Tecnologia

São Paulo, 18 de abril de 2007.

Exmo. Sr. Ministro Sérgio Rezende,

Representantes da sociedade civil e da comunidade científica estão preocupados com uma possível liberação indiscriminada de organismos geneticamente modificados (OGMs) no meio ambiente em nosso país. Estamos acompanhando as discussões sobre o assunto na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e constatamos que o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), responsável pelo seu funcionamento eficiente e eficaz, não tem atuado para garantir medidas efetivas de biossegurança no Brasil.

A CTNBio deveria se pautar pelos princípios constitucionais da transparência, imparcialidade científica e legalidade administrativa, mas não é isso que temos observado. O Greenpeace disponibilizou uma série de relatórios em português sobre os impactos dos organismos transgênicos no meio ambiente, assim como organizou a tradução de estudos científicos elaborados na Europa e EUA identificando potenciais problemas decorrentes da liberação de arroz e milho transgênico. Entretanto, esta colaboração não foi incorporada pela secretaria executiva da CTNBio aos processos em discussão.

A presidência da Comissão e a maioria de seus integrantes têm se mostrado avessos à participação da sociedade como observadores das discussões sobre a liberação comercial do milho transgênico. Durante a audiência pública – negada inicialmente pela Comissão e realizada apenas depois de determinação judicial – os documentos relativos aos pedidos de comercialização em discussão não foram disponibilizados (nem aos expositores e nem ao público). Sobre a participação da sociedade civil como ouvinte-observador na reunião plenária da CTNBio marcada para março de 2007, a presidência preferiu cancelar a reunião do que ter a presença de representantes do Greenpeace no local.

Nas reuniões plenárias, a CTNBio também não atua pautada pela imparcialidade científica, legalidade e legitimidade. Dos pedidos de liberação comercial, por exemplo, não constam estudos de impacto sobre o meio ambiente e a saúde humana realizados no Brasil; e os documentos apresentando estão em inglês, contrariando a legislação vigente. Até hoje, a CTNBio não definiu procedimentos internos para avaliar a documentação apresentada pelas empresas ou instituições; as empresas apresentam, de forma voluntária, documentos e estudos realizados na maior parte dos casos por elas próprias. Além disso, parte dos integrantes da CTNBio ainda não entregou suas declarações de conflito de interesse.

Isso tudo coloca em dúvida a capacidade da CTNBio em garantir biossegurança no Brasil. O Ministério de Ciência e Tecnologia, por ser o responsável pela Comissão, precisa atuar imediatamente para evitar que se coloque em risco o meio ambiente e a alimentação da população brasileira. Por isso, exigimos a suspensão imediata de todos os processos de liberação comercial de novos transgênicos até que o Brasil possa garantir a biossegurança no país.

Atenciosamente,